

Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil)

Daniel A. de Azevedo

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: daniel.azevedo@unb.br

Juscelino Eudâmidas Bezerra

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: jebgeo@unb.br

Vitor Boaventura Xavier

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: vitorboaventura5@gmail.com

Resumo

O contexto macropolítico brasileiro marcado por uma crescente polarização incentiva a criação de estratégias utilizadas pelos diferentes grupos e atores sociais para a expressão das suas posições político-partidárias. O objetivo deste artigo é analisar de que modo a criação da Feira Agroecológica da Ponta Norte no Distrito Federal pode ser considerada uma estratégia diferente de transformação de um espaço público em espaço político. A metodologia qualitativa utilizada na pesquisa envolve três universos de sujeitos: os organizadores, os produtores-comerciantes e os frequentadores, além de dados mapeados do pleito de 2018 das seções eleitorais. A pesquisa revelou que a feira rompe com supostas dicotomias urbano-rurais, além de ter sido responsável, inicialmente, pela construção de um espaço político, porém se territorializando enquanto processo espacial. Sua seleção espacial e sua existência hoje são dados fundamentais para entendê-la, carregando-a de sentido, além de condicioná-la e limitá-la politicamente.

Palavras-chave: Manifestações; movimentos sociais; agroecologia; feiras; relação cidade-campo

New political-spatial strategies in a polarized Brazil: the case study of Brasilia Ponta Norte agroecological street market (DF-Brazil)

Abstract

A growing polarization marks the Brazilian macro-political context and encourages the creation of strategies used by different groups and social actors to express their political party positions. This article analyses how creating the Ponta Norte Agroecological Fair in the Federal District can be considered a different strategy for transforming a public space into a political space. The qualitative methodology used in the research involves the analysis of three universes of subjects: the organizers, the producers-traders and the participants (consumers). It combines data obtained from the answer to structured interviews with data mapping from the 2018 election voting sections. The research reveals that the fair breaks with urban-rural dichotomies and is responsible for constructing political space through territorializing itself as a spatial process. Today, the fair's spatial location and existence are

fundamental data for understanding how such a construction process is embedded with meaning but politically conditioning and limited.

Keywords: Manifestations; social movements; agroecology; street markets; rural-urban relationship.

Nuevas estrategias político-espaciales en un Brasil polarizado: el estudio de caso de la feria agroecológica de Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil)

Resumen

El contexto macropolítico brasileño marcado por una polarización creciente impulsa la creación de estrategias utilizadas por diferentes grupos y actores sociales para expresar sus posiciones partidistas. El objetivo de este artículo es analizar cómo la creación de la Feria Agroecológica Ponta Norte en el Distrito Federal puede ser considerada una estrategia diferente de transformación de un espacio público en espacio político. La metodología cualitativa utilizada en la investigación involucra tres universos de sujetos: los organizadores, los productores-comerciantes y los compradores, además de datos mapeados de la elección de 2018. La investigación reveló que la feria rompe con supuestas dicotomías urbano-rurales, además de haber sido responsable, inicialmente, por la construcción de un espacio político, pero territorializándose como un proceso espacial. Su selección espacial y su existencia hoy son datos fundamentales para comprenderla, llevarla con sentido, además de condicionarla y limitarla políticamente.

Palabras-clave: Manifestaciones; movimientos sociales; agroecología; ferias; relación ciudad-campo.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vivencia o crescimento da polarização política, que se identifica tanto nos componentes basilares do funcionamento da democracia (e.g. eleições e protestos) como nas práticas rotineiras mais simples (e.g. preferências por cor da roupa a ser utilizada, usos da camisa da seleção de futebol e, até mesmo, exposição de bandeiras penduradas nas janelas de casas e apartamentos). Nesse contexto, os estilos de vida são associados cada dia mais às ideologias políticas, e os hábitos cotidianos são avaliados sob o prisma da ideologia intersubjetiva, em lógica de alteridade. Utilizar ou não equipamentos de proteção contra a COVID-19, defender ou não a produção agroecológica, utilizar ou não na fala e na escrita pronomes de gênero neutro são exemplos evidentes no contexto atual. Como reflexo de um ambiente macropolítico marcado por crescente tensão, esse cenário revela a complexa escalaridade do fenômeno político.

Nota-se um incremento nas estratégias utilizadas pelos diferentes grupos e atores sociais para a expressão das suas posições político-partidárias, especialmente no contexto pandêmico de 2020 e 2021. Por todo o Brasil, registram-se de maneira recorrente painéis no interior das casas, nas janelas e varandas, e carreatas, aumentando e qualificando diferentemente a performance inerente à política. Se, por um lado, as novas expressões

políticas de manifestação e posicionamento reforçam a participação política cidadã, fortalecendo o papel de uma cidadania ativa e uma democracia não restrita ao voto, por outro, aumentam os conflitos. Revelar os impactos dessas novas estratégias e suas consequências sociais parece estar na ordem do dia das ciências sociais.

O artigo discute de que modo a criação da Feira Agroecológica da Ponta Norte (doravante referida como FAPN) na superquadra 216 Norte¹ no Distrito Federal em 2019 pode ser considerada uma estratégia diferente de transformação de um espaço público em espaço político, reflexo de um tenso contexto macropolítico, gerador e fruto de conflitos ideológicos. Geralmente associada a uma lógica econômica, as feiras não são vistas, a rigor, como um espaço político onde grupos sociais apresentam demandas e buscam afetar o poder público. Reforçaremos que sua seleção espacial em 2019 e sua existência hoje são dados fundamentais para entendê-la, carregando-a de sentido, além de condicioná-la e limitá-la politicamente. A FAPN foi, assim, analisada a partir de duas perspectivas que, apesar de diferentes, são complementares entre si: a primeira, retomamos e aprofundamos a discussão conceitual recente sobre espaços políticos e democracia, posicionando a feira como uma estratégia distinta de ação política; a segunda, buscou compreendê-la como um fenômeno que rompe supostas dicotomias, através da imbricação entre atores urbanos e rurais.

Para tanto, a metodologia qualitativa utilizada na pesquisa envolve três universos de sujeitos (MATOS; PESSÔA, 2013): os organizadores, os produtores-comerciantes e os frequentadores. Para o primeiro, realizamos entrevistas semi-estruturadas com os quatro líderes, enquanto para o segundo foi aplicado um questionário através de plataforma online (Google Docs); para o terceiro, 85 questionários foram aplicados em trabalho de campo aos consumidores da Feira durante quatro sábados seguidos, respeitando uma amostra estatística com 10% de margem de erro e 95% de confiabilidade. Além disso, dados do pleito de 2018 de todas as seções eleitorais do Plano Piloto (DF) foram tabulados e mapeados, a fim de revelar predomínios político-espaciais que ajudem a entender a seletividade espacial da Feira. Por fim, obtivemos acesso também às respostas dos questionários que os organizadores realizaram a cada dois meses com os feirantes desde o início das atividades em 2019.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, apresenta-se a FAPN a partir de seus organizadores, comerciantes e consumidores. Sendo uma feira de produtores-vendedores, sua marca é o discurso agroecológico associado aos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Sem-Terra (MST). Em seguida, nas duas seções

¹ Brasília é fruto de uma experiência do urbanismo moderno, com sua divisão em superquadras de quarteirões idênticos de aproximadamente 280 metros. São numeradas de 01 a 16, agrupadas em Superquadra Norte (SQN – Asa Norte) e Superquadra Sul (SQS – Asa Sul), paralelas ao Eixo principal, denominado Eixo Monumental.

seguintes, analisa-se a feira a partir de dois caminhos analíticos: no primeiro, como resultado dos dados qualitativos e do mapeamento eleitoral, avalia-se a sua seleção espacial no final da Asa Norte como estratégia de instrumentalização e construção de espaço político. No segundo, busca-se posicionar a FAPN como uma ação política que rompe com a dicotomia urbano-rural, utilizando a cidade como parte da estratégia de transformar o impacto escalar dos movimentos agrários.

A pesquisa revelou que a feira se construiu não somente como um vínculo econômico entre urbano e rural, rompendo com supostas dicotomias que ainda são apresentadas, mas também como palco para vocalizar as demandas políticas de atores agrários. Se, por um lado, a feira foi responsável, inicialmente, pela construção de um espaço político evidenciado desde sua seleção espacial, por outro, a sua permanência transformou-a em processo espacial territorializado, modificando seu impacto político.

A Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF) – o estudo de caso

A partir do resultado das eleições gerais do ano de 2018, um coletivo de moradores da Asa Norte², composto majoritariamente por professores e bancários aposentados, denominado Movimento pela Unidade Democrática (MUDE), decidiu reunir-se para pensar propostas de ação na esfera comunitária. Segundo os organizadores, tinham o objetivo de, a partir da micropolítica cotidiana, promover intervenções e debates capazes de atrair pessoas para o espectro político progressista.

A entrevista com os quatro organizadores foi fundamental para compreender as intenções de criação da feira. Segundo eles, o coletivo passou a se reunir semanalmente com o intuito de promover debates e reflexões sobre variados temas. A busca do grupo era por uma forma de intervenção política capaz de dialogar para fora das bolhas das redes sociais, fomentar a formação política e conscientizar os vizinhos a partir do território do bairro e da realidade comunitária. Entre os temas dos encontros, destacam-se a auditoria cidadã da dívida pública, a reforma agrária e os direitos das mulheres.

Durante os encontros, os membros do coletivo identificaram que a pauta da alimentação saudável poderia ser a ponte que procuravam e a alternativa de intervenção adequada, sobretudo, possível, diante do ambiente de politização que havia se instalado. A partir da pressuposição lógica de que “todos e todas se alimentam”, seja de direita ou de esquerda, viram no tema da alimentação o modo de acessar vizinhos e vizinhas que pensavam diferente. O tema também gerou interesse da comunidade em razão da

² Como a divisão político-administrativa do Distrito Federal é completamente diferente daquela dos municípios e estados brasileiros, denominações conhecidas como “bairros” e “cidades” perdem o seu sentido preciso no contexto da capital. Todavia, para compreensão geral, lidaremos com a Asa Norte como um “bairro” de Brasília.

preocupação com a saúde, a sanidade dos alimentos e o apelo da alimentação livre de agrotóxicos.

A definição da área onde a feira seria implantada foi feita pelos membros do coletivo e pelos primeiros feirantes, ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) e de cooperativas locais de produção agroecológica. Dessa maneira, a feira se iniciou no sábado do dia 17 de agosto de 2019 na quadra comercial da 216 Norte, tendo como bandeiras fundamentais a agroecologia, a reforma agrária, e a defesa incondicional da sustentabilidade na produção de alimentos, a democracia e a cultura popular. Outro diferencial da feira para além do fato de ter sido criada pela mobilização de moradores da Asa Norte, é o de ser constituída eminentemente por feirantes que também são produtores.

No âmbito desse protesto permanente, as principais pautas reivindicadas pela Feira são a reforma agrária popular e a promoção da agroecologia³. Apesar da participação inicial de assentados e acampados da reforma agrária do MST, outros produtores individuais e de cooperativas de Brasília também foram incorporados. Atualmente, a feira conta com um total de 32 feirantes distribuídos em 21 barracas com funcionamento uma vez por semana aos sábados. Na feira, majoritariamente, são comercializados frutas, legumes e verduras; secos (castanhas, nozes, amêndoas), queijos e derivados do leite e outros tipos de alimento, tais como bolos, biscoitos, chocolates, tapioca, *snacks* artesanais, refeições feitas na hora etc.

Os produtos comercializados são todos oriundos da produção familiar e preconizam os princípios da produção agroecológica. A agroecologia pode ser definida como uma ciência que, por meio de uma perspectiva holística e transdisciplinar, busca aplicar conceitos e princípios ecológicos para a configuração e manejo sustentável dos agroecossistemas. A agroecologia também pode ser interpretada não somente como uma ciência, mas também enquanto uma prática política ao realizar uma crítica às formas convencionais de produção da agricultura e promover uma articulação de atores sociais em torno do desenvolvimento rural das comunidades (ALTIERI, 2010; ALMEIDA, 2016; CAPORAL, 2009).

Seleção espacial – a instrumentalização do espaço como recurso político

A pesquisa busca avançar na discussão recente na geografia política sobre a espacialidade da democracia e seus espaços políticos. A produção acadêmica aponta que o sistema político democrático necessita de ampla difusão e qualificação de espaços políticos para seu funcionamento virtuoso, expandindo a concepção clássica institucional para aqueles que existem em diferentes escalas e com distintos atores sociais. Nesse sentido, é possível identificar na literatura a importância dos espaços políticos exclusivos (como os

³ O manifesto da Feira encontra-se disponível publicamente na página da feira de importante rede social. Disponível através do link: <https://www.instagram.com/feirapontanorte/> Acesso em 09/10/2022.

Parlamentos), dos espaços políticos limitados (como as Associações de Moradores) e os espaços políticos abertos (como as ruas e as praças usadas para o agir político) (AZEVEDO, 2018; AZEVEDO, 2019; AZEVEDO; LIÑARES, 2020; AZEVEDO, 2021; CASTRO, 2018; MACHADO FILHO, 2020).

Em conjunto, esses espaços podem funcionar como um importante sistema geográfico da democracia (AZEVEDO, 2019). A literatura sobre o tema apresenta o espaço político em sua composição tripartite, isto é, possui materialidade (existe fisicamente no mundo com atributos que facilitam ou dificultam seu uso), imaterialidade (buscam qualificar e aprofundar o sistema democrático) e intencionalidade (grupos os constroem e os usam com objetivos definidos premeditadamente) (AZEVEDO, 2019; 2021). Essas condições nos permitem afirmar, parafraseando Raffestin (1993) e Sack (1986) nas suas discussões sobre território, que o espaço político é um sistema físico e sêmico.

Nessa perspectiva, os sujeitos do campo veem a feira como espaço político fundamental para promover suas distintas pautas. A feira, através das suas associações, se configura como um componente do trabalho de coletivização da produção e da socialização dos ganhos financeiros dos acampamentos e assentamentos. Segundo os organizadores, a existência da feira fortalece a produção dos assentados, já que o comércio serve como ponte de articulação entre o campo (produtores e associações de produtores) e a cidade (moradores).

Nesse sentido, quando consideramos sua característica de intencionalidade, esses diferentes espaços são usados por grupos sociais com objetivos políticos, seja o objetivo de afetar diretamente a agenda pública ou, até mesmo, o objetivo de encorajar a participação de novos participantes e pedagogicamente atingir os diferentes (AZEVEDO, 2021; CAMERON *et al.*, 2012; LUSKIN; FISHKIN, 2002; MONTAMBEAULT, 2012). Desse modo, manifestações e protestos precisam de espaços que forneçam visibilidade para atrair olhares, cooptar integrantes e influenciar a opinião pública (SINGER; ARAÚJO; BELINELLI, 2021). Como consequência, é possível afirmar que usos distintos dos espaços geram ações e impactos diferenciados. O que está em jogo, portanto, é a intencionalidade do grupo que estrategicamente o usa e o constrói. O espaço é, portanto, síntese e suporte desses eventos (MACHADO FILHO, 2020).

Por outro lado, o uso político desses espaços pode fomentar conflitos e/ou torná-los aparentes. Ao caminhar em uma rua com bandeiras e alto-falantes, grupos com opiniões divergentes podem se posicionar, questionar a legitimidade do uso do espaço e, em alguns casos, buscar impedir ações. É esse convívio entre os diferentes, cujas paixões são controladas por uma base legal fundada pelo poder coercitivo legítimo do Estado, que podemos encontrar a raiz do espaço político (ARENDDT, 2009; BOBBIO, 2000; CASTRO, 2021; DAHL, 2009; KELSEN, 2000). Por essa razão, a seleção espacial da ação política é

estratégia sensível, e qualquer decisão mal pensada pode resultar no fracasso ou, até mesmo, em um revés de suas intenções estabelecidas.

O caso em análise busca entender de que modo a localização selecionada confere à FAPN um caráter diferenciado em relação a outros eventos de compra e venda de mercadorias. Como afirma Barnett (2021), apesar de ainda ser um tema pouco explorado na geografia política, quando os geógrafos tomam os espaços políticos abertos como objeto de estudo e análise, limitam-se aos protestos que ocorrem em importantes avenidas e praças das grandes cidades. O estudo de caso proposto neste artigo aponta para outra estratégia espacial utilizada por grupos sociais no uso do espaço público, transformando-o em evidente espaço político por meio da resignificação espacial e da temporalidade do protesto.

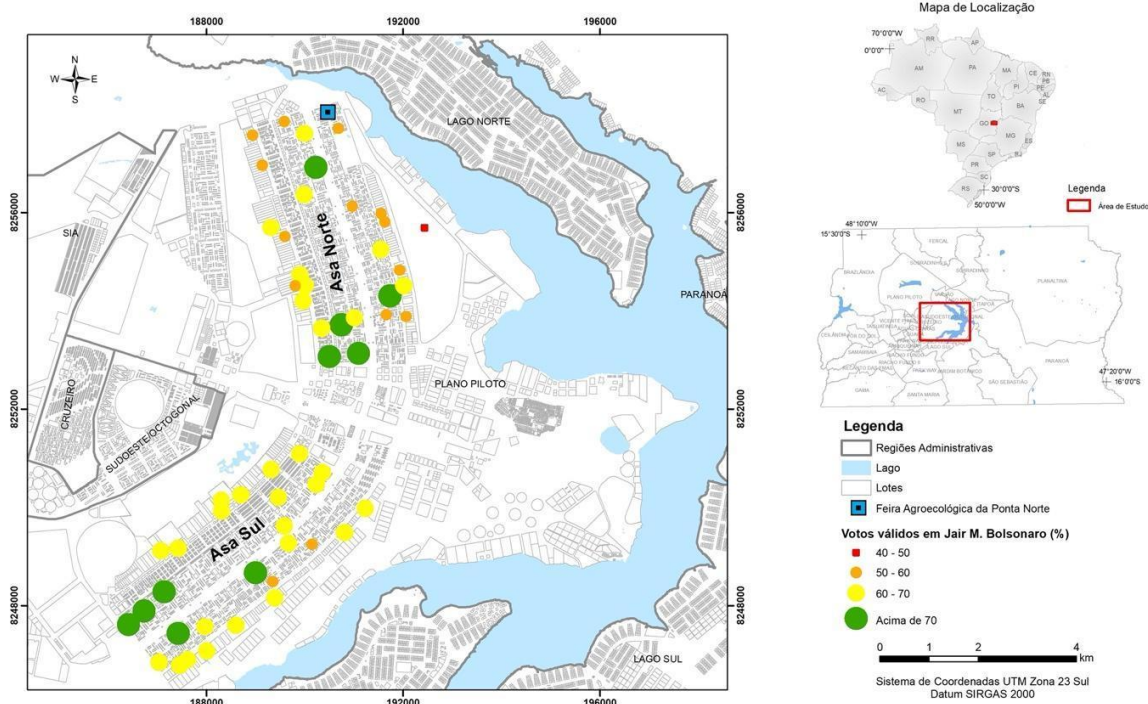
Como narrado na seção anterior, a fundação da FAPN foi uma reação à eleição de Jair Bolsonaro em 2018, pautando dois temas que são frequentemente associados à esquerda política: a reforma agrária e a agroecologia. Para tanto, os organizadores precisavam selecionar um local onde teriam maior facilidade de instalação e, ao mesmo tempo, que alcançasse os objetivos políticos propostos. A opção pela Ponta Norte se deu, segundo os organizadores, por dois motivos: primeiro, precisavam de um local de alta renda, onde a feira gerasse lucro e ajudasse os produtores, o que os conduziu ao Plano Piloto⁴; segundo, era necessário um local onde não haveria tanta concentração de apoiadores de Jair Bolsonaro, já que a presença do Movimento Sem-Terra (MST), pequenos agricultores e partidos políticos de esquerda poderia inviabilizar sua instalação. De acordo com os organizadores, a intenção da criação da feira passaria por um caráter pedagógico de desmontar ideias equivocadas que existiriam sobre o MST e a agroecologia, mobilizando a oposição em um caráter dialógico com os apoiadores do presidente eleito. A escolha da Asa Norte e, em especial, de sua ponta, seria resultado de uma sensação de que nesse local haveria maior facilidade de instalação. Os organizadores, em entrevista, denominaram essa localidade como “ponta vermelha”, já que, segundo eles, essa seria uma área de maior concentração de pessoas de esquerda.

Esse diagnóstico dos organizadores foi colocado em teste a partir do mapeamento do voto das eleições de 2018 (Mapa 1):

Mapa 1: Proporção de votos em Jair Bolsonaro em cada local de votação no Plano Piloto (2018).

⁴ O rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no Brasil foi de R\$ 1.380. O Distrito Federal ocupou a liderança no país com R\$ 2.475, renda aproximadamente 80% superior à renda nacional e 36% superior ao segundo colocado no ranking, o estado de São Paulo, com renda de R\$ 1.814. A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) por meio da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 dividiu as 31 regiões administrativas do DF em quatro grupos de renda e colocou o Plano Piloto no Grupo 1 (alta renda) com renda domiciliar média de R\$ 15.635.

NOVAS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ESPACIAIS EM UM BRASIL POLARIZADO: O ESTUDO DE CASO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA PONTA NORTE DE BRASÍLIA (DF-BRASIL)



Dados: TSE, 2018.

Organização: dos autores.

Se, por um lado, é verdade que a onda Bolsonaro em 2018 atingiu Brasília como um todo, por outro, cabe revelar as diferenças espaciais evidenciadas na espacialização do voto. É verdade que tanto na Asa Sul quanto na Asa Norte, ele saiu vitorioso. Porém, as diferenças na competitividade eleitoral são evidentes, já que entre os 28 locais de votação na Asa Sul, Bolsonaro venceu com porcentagem acima de 60% em 26 e, em cinco delas, acima de 70%. Já na Asa Norte, sua vitória foi mais acirrada: dos 28 pontos, onze deles ele ganhou com percentual entre 50-60%. Além disso, de todos os locais de votação, o então candidato Jair Bolsonaro perdeu em apenas um, exatamente em um edifício do *campus* da Universidade de Brasília na Asa Norte. É exagerado, portanto, classificar o final da Asa Norte como “ponta vermelha”, visto que não houve vitória da esquerda em nenhum dos pontos, porém, é notável que o padrão eleitoral ali foi oposto ao que ocorre na ponta da Asa Sul, onde o candidato teve uma vitória acachapante.

Todavia, no extremo da Asa Norte, há um ponto verde (proporção acima de 70% de votos no candidato) que se configura como exceção nesse espaço de maior competitividade eleitoral. Uma análise um pouco mais cuidadosa das características de Brasília nos permite entender que esse local de votação está exatamente em uma superquadra militar⁵, assim como praticamente todos os outros pontos verdes no início da Asa Norte. Na Asa Sul,

⁵ São superquadras do Plano Piloto onde os moradores são oriundos do Exército brasileiro. Além disso, a administração da quadra é diretamente subordinada à 11ª Região Militar, sendo considerada uma organização militar. Atualmente, a Prefeitura Militar de Brasília administra e conserva 4.519 Próprios Nacionais Residenciais, sendo 3.494 apartamentos e 1.025 casas. Fonte: <http://www.pmb.eb.mil.br/index.php/historico>

apesar de alguns pontos verdes também coincidirem com quadras militares, a votação massiva em Bolsonaro extrapola esse limite.

O mapa eleitoral de 2018 apresenta, assim, um Plano Piloto marcadamente diferenciado em relação ao predomínio espacial do candidato Bolsonaro entre a Asa Norte e a Asa Sul. É nesse sentido que a localização da feira na ponta extrema norte instrumentaliza o espaço, fruto de uma intencionalidade clara de seus organizadores, em um processo de racionalização do espaço com objetivos políticos. Ao criar uma feira com objetivo de “resistir” à vitória do Bolsonaro, os organizadores buscaram em sua localização uma estratégia de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de maximização de suas demandas.

A escolha de um espaço para seu uso político é condição fundamental para alcançar os objetivos traçados, o que podemos denominar seletividade espacial. Na geografia, o termo é utilizado na discussão sobre a natureza (SORRE, 1967), sobre a transformação em sedentários na geografia histórica (LA BLACHE, 1954) e, especialmente, nas análises das lógicas localizacionais de práticas capitalistas, especialmente sob o viés do estruturalismo marxista (CORRÊA, 1996; 2007; COX, 2021; MOREIRA, 2009). O que buscamos aqui é uma leitura política sobre o conceito, reforçando, com isso, a autonomia do político em relação ao econômico (AZEVEDO, 2021; CASTRO, 2013; EVANS *et al.*, 1985; MANN, 1992).

Quando se refere às práticas espaciais em uma sociedade capitalista, Moreira (2007) afirma que a seletividade espacial é o processo de eleição do lugar, expressão direta e combinada dos princípios da localização – melhor possibilidade de fixação – e da distribuição – melhor capacidade de diversificação. Entretanto, enquanto ação política, a seletividade espacial é fruto de atributos distintos em relação ao que é majoritariamente narrado na literatura sobre as práticas empresariais.

Segundo pesquisas já produzidas, a seleção espacial de um espaço político aberto perpassa atributos materiais – como distância, acessibilidade, tamanho e posição geográfica (AZEVEDO; LIÑARES, 2020; MACHADO FILHO, 2020) – e características imateriais culturais-históricas – marcos simbólicos que qualificam o espaço e carregam de sentido a ação política (GOMES, 2012; LEE, 2009; PARKINSON, 2012). Assim, selecionar um espaço para ocorrência de um ato político é compreendê-lo mais do que um palco, mas como um recurso capaz de amplificar as vozes, já que essa seleção pode transformar a escala de impacto de uma ação política. É nesse sentido que é possível dizer que existe um processo de *seletividade político-espacial* que, ao valorizar a ideia de política e seus atributos principais (ARENDRT, 2009), diferencia-se frontalmente de análises já consagradas na geografia urbana e econômica, cujas características valorizam desde a fertilidade do solo e outros atributos naturais até mesmo as economias de aglomeração (CORRÊA, 2007).

A seletividade espacial é considerada um tipo de prática espacial, assim como definido e discutido por Corrêa (1996; 2007; 2010). Segundo o autor, "[práticas espaciais] constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada" (CORRÊA, 2007, p. 62). A análise do empírico a partir das entrevistas com os organizadores, comerciantes e frequentadores nos ajuda a refletir sobre os limites e virtudes do uso do espaço com objetivos políticos.

Criada em agosto de 2019, a feira teve um impacto político interessante a partir da sua instalação imediata na Ponta Norte. Como já apontado, nossa pesquisa teve acesso aos questionários aplicados pelos organizadores logo no início da feira e repetidos constantemente a cada dois meses. Em resposta, os feirantes identificaram como aspectos positivos da criação da FAPN a realização dos objetivos de formação política e aprendizado sobre a agroecologia, a importância de publicizar e defender a reforma agrária e a promoção da soberania alimentar alinhada à sustentabilidade ambiental. Durante as semanas que sucederam à primeira edição da feira, os respondentes identificaram que a FAPN cumpria, entre os frequentadores, um papel pedagógico e de ressignificação do MST e de seus participantes, já que foram dirimidas situações de flagrante conflito e animosidade por meio do diálogo e da escuta recíproca. Os organizadores relatam que, inicialmente, moradores das quadras próximas, conhecidamente "bolsonaristas" ou de "direita", foram vistos em numerosas ocasiões adquirindo produtos e, por vezes, ressaltando palavras de apoio ao MST e ao projeto da feira, mesmo que isso não fosse refletido em uma mudança da sua posição ideológica ou escolha eleitoral. Além daqueles com evidente cunho político-ideológico, a feira desencadeou conflitos com a comunidade, sobretudo em pautas organizativas e de gestão do espaço (e.g. desgaste da grama, processamento do lixo gerado, destinação das sobras de produtos e dimensionamento da feira, com questionamentos sobre a sua dimensão e número de participantes).

É possível dizer que a FAPN, enquanto prática espacial, exerceu um papel de espaço político tal qual discutido em outras pesquisas já citadas. A intencionalidade pedagógica e a relação com o diferente eram evidentes até mesmo na existência dos conflitos. Todavia, ao longo de 2020 e 2021, a feira teve seu caráter político transformado significativamente.

Ao longo de quatro sábados e em turnos alternados no mês de junho de 2021, questionários foram aplicados a 85 pessoas, respeitando uma amostra com 10% de margem de erro e 95% de confiabilidade⁶. Alguns dados sobre a homogeneidade social e

⁶ O questionário foi composto por dezoito perguntas que tiveram como objetivo obter informações sobre o perfil dos consumidores da feira. O primeiro grupo de cinco perguntas versaram sobre o perfil socioeconômico dos

político-ideológica nos chamam a atenção: (a) acerca da faixa etária, todos os respondentes eram constituídos de adultos com variação de 19 a 63 anos. As idades com maior registro situaram-se na faixa entre 19 e 30 anos (40%), seguida das faixas entre 31 e 40 anos (34%), 41 e 60 anos (22%) e 60+ (3%); (b) com relação à origem dos consumidores, do universo de 80 respondentes, 60 (75%) eram moradores da Asa Norte; (c) do total de 80 respondentes, 37 (46%) registraram renda superior a 10 salários-mínimos, ou seja, mais do que R\$ 11.000. A segunda faixa de renda com maior registro foi de 5 a 10 salários-mínimos, com 23 consumidores (29%), seguida de onze consumidores (14%) que recebiam de 0 a 1 salário-mínimo, e, por fim, nove consumidores (11%) com faixa de rendimento de 1 a 5 salários-mínimos.

A homogeneidade social é evidente, seja pela origem geográfica, seja pelo alto poder aquisitivo. A predominância do público jovem encontrado na pesquisa é um dado interessante que nos fornece alguns indicativos que merecem atenção. Geralmente associa-se o hábito de comprar em feiras de rua com a população mais idosa, sendo esta aquela geração que vivenciou boa parte das mudanças no varejo alimentar ao longo do tempo, principalmente no período anterior à difusão dos supermercados, quando as feiras eram mais frequentes e abundantes (LEDA; GOMES Jr., 2017). Entretanto, a maior participação do público jovem pode significar uma adesão ao consumo político, cuja mensagem é justamente a da valorização dos canais alternativos de comercialização que preconizam uma alimentação mais saudável e beneficie diretamente os agricultores familiares (CASSOL; SCHNEIDER, 2015). Além disso, já se sabe por meio das análises das eleições de 2018 como a população mais idosa votou a favor de Jair Bolsonaro, tornando esse dado demográfico da feira ainda mais interessante (AVRITZER, 2020).

Nas questões relacionadas à FAPN como um ato político, a atual homogeneidade ideológica se tornou ainda mais clara. Apenas uma pessoa se declarou de “direita”, exatamente no mesmo dia que houve um ato contra o Governo Bolsonaro na Esplanada dos Ministérios, esvaziando a feira. Nas redes sociais, os comerciantes rogavam para as pessoas não deixarem de ir à feira por conta da manifestação, indo antes ou depois. Em trabalho de campo, era visível o maior esvaziamento naquele dia, o que pode nos ajudar a entender de que modo a feira entrou em um processo de ritualização da política (PARKINSON, 2012).

clientes, a saber: endereço, gênero, idade, raça/etnia (modelo IBGE) e renda individual. Um segundo grupo de cinco perguntas trataram da forma como os clientes conheceram a feira, dos produtos mais adquiridos, das motivações específicas para a compra nesse espaço de consumo, do seu diferencial frente as demais feiras da cidade e da avaliação sobre a viabilidade da localização da feira na quadra 216 da Asa Norte. No terceiro grupo de oito perguntas partiu-se da premissa de apreender a feira como um ato político e desse modo procurou-se em alguma medida entender como os consumidores se identificam no espectro político, se participam de algum partido político movimento social e/ou sindicatos, como também a percepção dos clientes acerca da feira.

A existência da Feira no mesmo ponto durante tanto tempo transforma essa prática em processo espacial. Utilizando as reflexões de Corrêa (2007), quando uma prática espacial é repetida, sistemática e regularmente na mesma área, transforma-se em processo de concentração espacial. Segundo o autor,

repetitividade e duração longa são traços definidores dos processos espaciais, distinguindo-os das práticas espaciais [...] Os processos espaciais constituem um conjunto de forças atuando ao longo do tempo, viabilizando localizações, realocações e permanências de atividades e população sobre o espaço da cidade (CORRÊA, 2007, p.70).

Parece-nos fundamental compreender como se estabelece o impacto político de uma ação enquanto prática e quando se transforma em processo espacial. Os dados sociais e ideológicos apontados revelam como há, hoje, uma forte homogeneização política da Feira, modificando o caráter pedagógico da relação entre os diferentes do espaço político. Se tomamos o espaço tanto como objeto quanto meio para a ação política, as duas fotos abaixo revelam como a paisagem da Feira se modificou ao longo desse tempo (Figuras 1 e 2), funcionando como verdadeiro recurso político (RIBEIRO, 2019; RIBEIRO, 2021; ZAMANT; RIBEIRO, 2018).

Figura 1: Feira Agroecológica da Ponta Norte – Agosto/2019.

Figura 2: Agosto/2021.



Fonte: dos autores.

Nota-se a diferença impressionante no uso do espaço no início da Feira e atualmente. Não apenas a quantidade de comerciantes aumentou (segundo organizadores em dois anos houve um aumento de cerca de 100%), como também há uma mudança notória na paisagem. Bandeiras de partidos políticos de esquerda e faixas do MST provocam uma evidente territorialização do espaço, onde a cor vermelha ganha força. Atualmente, produtos vendidos com dizeres contra o Governo Federal, rodas de conversa e entrega de adesivos são comuns na FAPN.

É na relação espaço-tempo que podemos interpretar o impacto político de uma ação. A prática espacial, pontual no tempo e no espaço, tem a capacidade de carregar consigo a novidade, geradora inerente de conflito e, conseqüentemente, de possível carga pedagógica. A construção e o uso de um espaço político aberto, portanto, tem uma temporalidade específica, transformando a ação em notícia com visibilidade e publicidade. Considerando que a notícia é um artefato construído pela interação de várias forças (DALTOÉ, 2011), é a ação política, enquanto prática espacial, aquela que pauta o novo e aumenta seu poder de impacto. Os grupos sociais possuem estratégias distintas de manifestação, como protestos e ocupações de praças, e cabe à geografia política revelar de que modo essas diferentes espacialidades impactam as narrativas criadas e, conseqüentemente, possuem importâncias distintas para a ação política.

A transformação de um ato político de prática em processo espacial realiza uma força centrípeta contínua de atração dos iguais e centrífuga em relação aos diferentes, tornando cada vez mais um espaço político – que tem como base constituinte a existência de diferentes – em um território – a relação relativa entre iguais. De uma feira-manifestação,

transforma-se em uma feira-sindicato. O conflito no uso do espaço, condição fundadora da política, cede lugar cada vez mais a uma feira que fomenta os vínculos ideológicos já existentes. Hoje, conforme nos relataram os organizadores, já não se registra conflito com visitantes da Feira.

Essa mudança gera duas consequências claras que podem ser vistas como, respectivamente, positiva e negativa: em primeiro lugar, é possível dizer que é importante para construção e reforço do sentimento de identidade política, a partir do momento em que pessoas com similaridades político-ideológicas se encontram, conversam, traçam estratégias e reforçam seus sentimentos de pertencimento. Esse fortalecimento do grupo pode ter consequências claras na escala de impacto de suas demandas.

Segundo Swyngedouw (1997; 2004) e Cox (1998), é fundamental que grupos sociais realizem políticas de escala para transformar o alcance espacial de suas pautas. De acordo com o segundo autor, redes de associações (*networks of associations*) formam a chave para compreender as políticas de escala a partir do momento em que seriam utilizadas para conectar espaços de dependência e espaços de engajamento. Seu artigo está preocupado em desvendar os modos pelos quais essas redes se constroem e permitem que interesses locais – os espaços de dependência – sejam realizados, construindo espaços de engajamento através do pulo de escalas (*jumping scales*) (AZEVEDO, 2020). Essa discussão na geografia política é amplamente visitada, seja nos grupos em situação de rua (SMITH, 1993), seja nas análises sobre os movimentos ambientalistas na Amazônia (HOEFLE, 2006), dispensando a necessidade de aprofundamento neste artigo.

Desse debate, o que importa extrair neste momento é a capacidade de *corretagem* que esses territórios possuem, isto é, ao reforçar o sentimento de comunidade entre iguais, os territórios atraem novos integrantes que compartilham de seus valores, fortalecem o grupo a partir de novos vínculos de solidariedade, catapultam-o e pode ajudá-lo na superação dos limites escalares de sua ação política. A literatura sobre *contentious politics* (MCADAM; TARROW; TARROW, 1994; TILLY, 2001; TILLY; TARROW, 2015) revela a importância desses territórios para a democracia, apesar de seu limite virtuoso ser tênue e ser necessário ter atenção a sempre possível emergência da intolerância⁷.

No dia 04 de setembro de 2021, o pré-candidato ao Governo do Distrito Federal do PSOL esteve na feira e promoveu uma roda de conversas, utilizando o local como plataforma política. O apoio dos organizadores, comerciantes e frequentadores à agenda desse partido pode ajudá-lo em sua vitória eleitoral, levando uma pessoa que compartilha de seus valores ao comando do Executivo local. Assim, as ideias defendidas pela FAPN podem romper seu alcance espacial local e chegar aos espaços políticos exclusivos.

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema e sua importância para a geografia política, veja Machado Filho (2022).

Outros casos importantes nesse sentido são os apoios explícitos de seus organizadores através das redes sociais e manifestação contra pautas ligadas à esquerda e oposição ao atual Governo. É frequente o apoio às manifestações de rua contrárias ao Governo Jair Bolsonaro convocadas por centrais sindicais e partidos políticos de oposição, bem como manifestações públicas de repúdio ao mandatário durante os eventos públicos e culturais da feira, sempre prestigiados por figuras da esquerda política nacional. Durante os acampamentos indígenas Levante pela Terra e Levante pela Vida, e durante a segunda edição da Marcha das Mulheres Indígenas, a feira e seus organizadores não apenas se posicionaram politicamente a favor das pautas indígenas como coordenaram campanhas de doação e convocaram frequentadores e apoiadores da feira a participarem e engajarem-se nessas lutas.

Em segundo lugar, a ritualização do movimento, tornando-se parte da rotina semanal dos moradores e frequentadores dilui a ideia de novo, de pauta política inovadora, perdendo visibilidade para além dos muros do seu próprio grupo. A fala no vale do eco se estabelece, e um processo contínuo de homogeneização se constrói, seja nos discursos dos comerciantes, seja nos frequentadores. Nesse sentido, o caráter pedagógico se minimiza, atenuando sua capacidade de tocar o diferente.

Parkinson (2012, p.150) analisa o impacto da ritualização da política e revela de que modo as reclamações perdem força: “por causa da ritualização, é fácil não prestar atenção às reivindicações reais feitas – ‘Lá vão os comunistas de novo’, em vez de ‘Oh! Um protesto sobre os salários’”⁸. A ocorrência do protesto de modo contínuo, em termos de processo espacial, pode banalizá-lo frente ao público, não mais acompanhado por jornalistas e suas colunas na imprensa, tornando-se altamente regular, como foi o caso das Mães de Maio na Argentina (PARKINSON, 2012).

Assim, é possível afirmar que a feira, enquanto prática espacial, agiu politicamente na relação com os diferentes; enquanto processo, gera uma concentração espacial, territorializando o espaço, diminuindo sua capacidade pedagógica de convencimento, mas aumentando sua força de corretagem. Há, portanto, dois momentos no uso político do espaço com importâncias distintas para o grupo social que participa nas mais diferentes funções dentro da feira.

A superação política da dicotomia urbano e rural

Um segundo caminho analítico de interpretação do objeto de estudo segue a perspectiva da inter-relação entre urbano e rural a partir da constituição de redes políticas

⁸ “Because of the ritualization, it is easy to pay no attention to the actual claims being made – ‘There go the communists again’, rather than ‘Oh, a protest about wages’” (Tradução Livre dos autores).

mobilizadas pelo debate envolvendo a comercialização de alimentos em mercados alternativos.

Durante muito tempo, as discussões acadêmicas apresentavam, representavam e analisavam o mundo urbano e rural como dicotômicos. No entanto, a complexidade da relação entre cidade e campo como formas espaciais cada vez mais amalgamadas, isto é, a formação de um *continuum* espacial, e do rural e urbano como expressão do conteúdo social e modo de vida (ruralidades e urbanidades), permitiu um avanço sem precedentes na formulação de conceitos e teorias (ELIAS, 2016; HESPANHOL, 2013; MAIA; ZAAR 2021; SPÓSITO, 2006).

Outro aspecto a destacar é a importância da temática da alimentação como mediadora nesse caminho de integração entre o rural e o urbano, porquanto sua capacidade de unificar campo e cidade como nós espaciais de uma ampla rede agroalimentar que passa pela produção, transporte, distribuição, comercialização e consumo de alimentos (BEZERRA, 2020). Outrossim, com a maior preocupação acerca da origem dos alimentos, da saúde e bem-estar, e das questões socioambientais, o ato de comer passou também a ser visto como um ato político. Nesse sentido, é possível entender a FAPN como um espaço alternativo de consumo de alimentos tido como exemplo da construção social do mercado e do estabelecimento de redes cívicas alimentares com destaque para o ativismo alimentar (PORTILHO, 2020; RENTING; SHERMER; ROSSI, 2012).

O tema da alimentação surgiu como um dos focos de discussão, pois no entendimento dos participantes, todo mundo come, seja de direita ou de esquerda, ao passo que também é um assunto que gerou interesse dos moradores das quadras residenciais em razão da preocupação com saúde, a sanidade dos alimentos e o apelo da alimentação livre de agrotóxicos. Foi nesse momento que a FAPN surgiu como uma tentativa de articulação entre atores urbanos e rurais, cuja liga se dá na busca da alimentação saudável e da geração de renda para os feirantes que também são produtores e em sua grande maioria assentados da reforma agrária do Distrito Federal com destaque para os assentamentos Pequeno William e Oziel Alves.

Segundo entrevista com os feirantes/produtores, o estabelecimento da FAPN foi importante por permitir a superação de um problema histórico enfrentado pela agricultura de base familiar e camponesa: a existência de intermediários e a dificuldade de acesso aos consumidores. É justamente na relação com o consumo que a FAPN se diferencia das demais feiras ao passo que transparece as tendências apontadas no horizonte na forma como os atores urbanos e rurais realizam a interlocução entre campo e cidade.

Há, ainda, um segundo nível de comunicação com os consumidores finais realizado pelos movimentos sociais, mais uma vez tendo como precursor o MST, ao optar pela criação de lojas próprias em importantes capitais brasileiras com a marca Armazém do Campo

reunindo produtos produzidos por assentamentos de todo o país. A FAPN constituiu espaço experimental em Brasília dos produtos comercializados pelo Armazém do Campo abrindo uma barraca na feira antes da abertura oficial da loja física recentemente inaugurada na capital federal a poucos metros da FPN, dado esse que reforça nossa discussão sobre a seletividade espacial da ponta norte do plano piloto.

Não obstante os desafios impostos pela pandemia, a feira está se consolidando como um espaço de comercialização de alimentos e de territorialização de um movimento político do campo e da cidade. Na perspectiva geográfica, a FAPN simboliza a consecução de vários processos, os quais destacam-se: uma relação mais próxima entre campo e cidade não só pela lógica dos circuitos produtivos que envolvem espaços de produção no campo (propriedades individuais, assentamentos, acampamentos, cooperativas) e de consumo na cidade (feira de rua localizada em área residencial com boa acessibilidade), como também a articulação em rede de movimentos sociais de base rural e o ativismo de moradores na temática da alimentação.

Nesse sentido, o consumo político atravessa diferentes territórios no campo e na cidade para criar um território-rede transitório simbolizado na existência da feira enquanto espaço político. Sem dúvida, alguns dos grupos mais pressionados desde a eleição de 2018 são aqueles relacionados aos movimentos sociais agrários e pequenos agricultores, incluindo aqueles associados à agroecologia. Pesquisas demonstram o apoio massivo do agronegócio nas eleições presidenciais (NICOLAU, 2020), que resultou em políticas públicas favoráveis ao setor produzidas ao longo desses anos (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Desse modo, evidencia-se uma polarização política também no mundo rural.

É possível posicionar a FAPN em Brasília como um exemplo da formação de redes alimentares cívicas, conforme a proposta de Renting, Schermer e Rossi (2012). De acordo com os autores, para além de focar nas recentes mudanças verificadas no papel dos produtores no desenvolvimento rural e na diversificação dos produtos, existe uma preocupação maior com a questão do consumo sustentável na articulação entre espaços econômicos alternativos que resultam numa profunda modificação na estrutura de organização dos sistemas agroalimentares. Portanto, a ênfase da análise das redes cívicas recai no papel do cidadão, suas iniciativas e ações práticas que preconizam uma nova relação entre produtores e consumidores.

A FAPN se encaixa em praticamente todos os aspectos que, segundo os autores, formam a proposta analítica das redes alimentares cívicas (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012): 1) a feira é definitivamente o resultado do engajamento entre produtores e consumidores, visto que surgiu de uma proposta de um movimento de moradores urbanos junto a produtores de assentamentos e acampamentos de reforma agrária; 2) nesse sentido, é também um exemplo de uma rede mais ampla do que aquelas estreitamente envolvidas

na produção de alimentos-práticas de distribuição e consumo; 3) é uma expressão de um novo modelo de governança agroalimentar com maior participação da sociedade civil. Conforme mencionamos, na organização da feira, participam não somente produtores, mas uma gama diferenciada de atores urbanos e rurais que, juntos, discutem e encaminham propostas para o melhor funcionamento da feira, como também propõem debates que se encaixam no exemplo de cidadania alimentar e democracia alimentar de base local (LANG; HEASMAN, 2004). Ou seja, está em curso uma experiência de governança na concepção mais contemporânea (JESSOP, 2017), como uma rede de poder heterárquica com atuação de atores sociais diversos, sobretudo não estatais que constroem alternativas de solidariedade, trocas econômicas e de conhecimentos cuja liga, nesse exemplo específico, é feita pela alimentação;

4) as redes cívicas alimentares iluminam as relações que se estabelecem entre rural e o urbano, com destaque para as ações que têm na cidade seu ponto de partida. Mais uma vez, a feira serve de exemplo tendo em vista que foi uma iniciativa que surgiu de uma demanda dos moradores das quadras residenciais; 5) as redes cívicas alimentares também incorporam “diferentes discursos, novos conhecimentos e novas estruturas simbólicas, que são desenvolvidos e compartilhados por meio da interação entre os atores envolvidos e que sustentam novas preferências e práticas” (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012, p.292). A feira como uma territorialização de um movimento político contribui na produção de novos discursos, uma vez que é um exemplo de como os cidadãos podem se engajar na discussão sobre a alimentação, sendo ela mesma um discurso que ganha visibilidade quando constituída no espaço físico da Asa Norte; 6) por fim, a feira é também um exemplo da articulação com diferentes movimentos sociais, logo um “espaço acessível de experimentação, com capacidade de fomentar o desenvolvimento de novos discursos e formas de cidadania” (op. cit., p.292).

Essas redes cívicas viram o espaço urbano como importante meio para realizar as demandas desses grupos, isto é, a cidade se transforma em recurso para o movimento político a partir do momento em que tem a capacidade de potencializar e amplificar as vozes. Se, como aponta a literatura, os espaços urbanos constituem lugares privilegiados à ação política (HARVEY, 2014; LEE, 2009; MACHADO FILHO, 2020; TONKISS, 2005), a criação da Feira Agroecológica da Ponta Norte explora essa característica, transformando a escala de ação dos produtores por meio da transformação do espaço público em espaço político. Portanto, se, por um lado, não é possível limitar a política à cidade, especialmente no Brasil, que possui movimentos sociais do campo mundialmente conhecidos, por outro, entender que o espaço urbano possui uma configuração espacial própria permite-nos que o posicionem como lócus fundamental da política.

Apesar dos discursos que acreditam estarmos vivendo o fim do espaço público (LEE, 2009), especialmente com o advento da internet e das redes sociais (MAGRANI, 2014; SHIRKY, 2008; TRECHSEL, 2012), Mitchell (1995), já há quase 30 anos, havia apontado como isso causaria mudanças vitais na ação democrática na cidade e, por essa razão, defendeu a manutenção dos espaços como uma necessidade estrutural principalmente para movimentos políticos de oposição. É na cidade, com suas ruas e praças, que as demandas ganham mais visibilidade por meio de diferentes estratégias de protesto utilizadas pelos grupos sociais. Apoiados em Arendt (2009), é possível dizer que toda ação política se faz *in concert*, isto é, surge entre os homens a partir de sua inerente pluralidade. Assim, espaços geográficos que fomentem o encontro são espaços políticos em potencial.

Interessante notar que a Feira Agroecológica da Ponta Norte não apenas utiliza de um suposto existente espaço público para suas demandas políticas em oposição ao Governo Federal; ela passa a também ser construtora de espaço público, já que a história de Brasília é marcada pelo ataque modernista à ideia de rua, notadamente das grandes cidades brasileiras à época de sua criação (HOLSTON, 1988; PAVIANI, 2010). Espaço público definido neste artigo não apenas em sua definição arquitetônica de espaço absoluto, mas como aquele usado e significado no cotidiano cidadão, que condiciona o ato de ver e ser visto – o “efeito espelho” (GOMES, 2012; PARKINSON, 2012) –, basilar para a fundação do espaço político (CASTRO, 2014). A escassez de espaços públicos e a setorização da política limitada à Esplanada dos Ministérios no plano original de criação de Brasília torna a criação da Feira um momento político ainda mais emblemático para a capital federal.

Nesse sentido, a Feira Agroecológica da Ponta Norte aponta para dois caminhos de estratégia política fundamentais no contexto contemporâneo. Em primeiro lugar, pactos territoriais entre atores rurais e urbanos podem ajudar na resistência de grupos minoritários e da oposição. É amplamente debatido e divulgado na literatura especializada o que se denomina como “movimentos sociais urbanos” (CASTELLS, 2013; HARVEY, 2014), porém, o que nosso objeto de estudo aponta é um outro tipo de movimento político, cuja atuação rompe com dicotomias previamente discutidas.

Segundo, a construção de verdadeiros espaços políticos, não somente por meio de estratégias mais tradicionais como manifestações, mas também em atividades aparentemente econômicas, pode produzir um impacto político inesperado, seja enquanto prática seja enquanto processo espacial, especialmente em uma cidade onde a escassez de espaço público é evidente. Já há um tempo a população de Brasília vem resignificando o projeto inicial da Capital a partir de seu cotidiano, transformando concepções utópicas dos arquitetos em vida real do cidadão. Parece-nos que a FAPN vai também nessa direção.

Considerações Finais

Nossa análise buscou revelar a importância política da Feira Agroecológica da Ponta Norte a partir de duas perspectivas que, apesar de diferentes, são complementares entre si: em primeiro lugar, como se revela em sua localização e no mapa eleitoral, a seletividade político-espacial é, de modo amplo, reflexo e produtora de diferenciações socioespaciais. Carregada de sentido, a escolha dos lugares onde ocorrem as manifestações é, portanto, um dado fundamental para entendê-las e compreender seus impactos. Utiliza-se da evidente assimetria político-partidária de Brasília e, ao mesmo tempo, fomenta a construção de um imaginário político-social sobre a “ponta vermelha” da Asa Norte. Enquanto prática espacial, a Feira funcionou como interessante estratégia de instrumentalização e construção de espaço político aberto. Enquanto processo espacial, a FAPN se transformou em território evidente que fomenta laços de solidariedade entre iguais.

Em segundo lugar, enquanto fenômeno de imbricação entre atores urbanos e rurais, a FAPN corrobora o que a literatura contemporânea apresenta sobre a superação da dicotomia analítica entre cidade e campo. Se, por um lado, como apontamos, a discussão se concentra predominantemente nas relações econômicas e sociais, por outro, a feira é um caso interessante da formação de redes cívicas alimentares a partir da ação da sociedade civil ao criar alternativas para a construção social do mercado baseada numa relação de maior proximidade entre produtores e consumidores.

Como aponta Moreira (2009), a seletividade espacial se orienta por um processo de ensaio e erro até o momento de sua fixação. Sem dúvida, dependendo da intencionalidade de ação política, o espaço selecionado pode não produzir os efeitos esperados. O que vimos é que o impacto muda quando consideramos a FAPN como prática ou como processo espacial. Se os organizadores, comerciantes e frequentadores quiserem reforçar seu caráter político, é importante rever suas estratégias espaciais. Recriar seu caráter de prática espacial – talvez se tornando itinerante em certos dias da semana em áreas fortemente vinculadas ao candidato vencedor (segundo o mapa eleitoral, a ponta extrema da Asa Sul ou o início da Asa Norte) – ao mesmo tempo em que são desenvolvidas novas estratégias como processo espacial em sua atual localização, pode funcionar para alcançar mais satisfatoriamente seus objetivos iniciais traçados.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa, apesar de lidar com um estudo de caso específico da capital brasileira, nos ajuda a refletir sobre temas que vão muito além da Feira Agroecológica da Asa Norte. Ela revela novas estratégias espaciais de ação em um contexto de extrema polarização, apontando a necessidade de não considerar o espaço como um receptáculo que contém essas ações, mas como seu constituinte, que os qualifica e os preenche de sentido.

Referências

ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera** 13, n. 16, p.22-32, 2010. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>

ARENDRT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

AVRITZER, L. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.

AZEVEDO, D. A. La ingeniería político-geográfica de la democracia participativa en la Ciudad de México: los Comités Ciudadanos. **Revista Espaço Aberto** v.8, n.1, p.7-24, 2018. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2018.17854>

_____. Evaluation of the democratic system from the qualification of political spaces: the case of Cuauhtémoc (Mexico). **L'Espace Politique** 39, n.3, p.1-25, 2019. <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.7563>

_____. Escala e escala política: como a Geografia pode apontar a fragilidade na teoria da democracia participativa. **Revista Espaço e Geografia**, v.23, n.1, p.149-184, 2020.

_____. **O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política**. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2021.

AZEVEDO, D. A. LIÑARES, D. E. H. Geografía de la democracia: espacio político abierto en conflicto en la elección presidencial de 2018 en México. **GEOgraphia** 22, n.49, p.1-16, 2020. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i49.a38632>

BARNETT, C. Deslocando as geografias da justiça. In: AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. (Orgs). **Os desafios e os novos debates na Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021, p.157-171.

BEZERRA, J. E. Geografia, comércio e consumo: os supermercados como tema geográfico. **Revista Espaço e Geografia** 23, p.143-161, 2020.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agricultura mais sustentáveis**. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CASTRO, I. E. A Democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política. In: CASTRO, I. E.; RODRIGUES, J. N.; RIBEIRO, R. W. (Orgs.). **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p.23-55.

_____. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Espaço Aberto** v.4, n.1, p.87-100, 2014. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2014.2435>

_____. Espaço Político. **GEOgraphia**, 20, n.42, p.120-126, 2018. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v20i42.a13839>

_____. Geografia Política: o que é afinal e para que serve. **Revista Espaço e Geografia** 24, n.2, p.1-26, 2021.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale or looking for local politics. **Political Geography**, 17, p.1-24, 1998. [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(97\)00048-6](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(97)00048-6)

_____. Palavras-chave para uma geografia política do capitalismo. In: AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. (Orgs). **Os desafios e os novos debates na Geografia Política contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2021, p.138-155.

MOREIRA, R. As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. **GEOgraphia** 3, n.5, p.15-32, 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13397>

CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E.; SHARPE, K. E. **New Institutions for participatory democracy in Latin America: voice and consequence**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova (Impresso)**, 95, p.143-177, 2015. <https://doi.org/10.1590/0102-6445143-177/95>

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar Editora, 2013.

CORREA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.15-47.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades** v.4, n.6, p.62-72, 2007.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade da UnB, 2009.

DALTOÉ, A. Teorias da notícia: uma tentativa de construção. **Revista latino-americana de ciências de la comunicación** v.8, n.14, p.13-28, 2011.

ELIAS, D. A. Cidade e o campo: ambiente e sociedade. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA, J. L.; MELAZZO, E. S. (Org.). **A diversidade da geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, p. 211-232.

EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D. THEDA, S. **Bringing the State back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GOMES, P.C.C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CÔRREA, R.L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.19-42.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HESPANHOL, R.A.M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, 12, p.103-112, 2013. <https://doi.org/10.4215/RM2013.1202.0007>

HOEFLE, S.W. Eliminating scale and killing the goose that laid the Golden eggs? Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Marston, Jones and Woodward. **Transactions of the Institute of British Geographers** v.3, n.2, p.238-43, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2006.00203.x>

HOLSTON, J. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

JESSOP, B. **El Estado: pasado, presente y futuro**. Madrid: Catarata, 2017.

KELSEN, H. **A Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LA BLACHE, P. V. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.
LANG, T.; HEASMAN, M. **Food wars: the global battle for minds, mouths, and markets**. London: Earthscan, 2004.

LEDA, L. C.; GOMES JUNIOR, N. N. Comércio Tradicional de Alimentos: avanço na contracorrente. **Retratos de assentamentos**, n.20, p.13-30, 2017. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i2.279>

LEE, N. K. How is political public space made? – the birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. **Political Geography**, n.28, p.32-43, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2008.05.003>

LUSKIN, R. C; FISHKIN, J. S. **Deliberation and “better citizens”**. Online: <http://cdd.stanford.edu/2002/deliberation-and-better-citizens/>, 2002.

MACHADO FILHO, G. F. A cidade e seus espaços de contestação. **Revista Espaço e Geografia** v.23, n.2, p.180-196, 2020.

_____. **Sistemas político-espaciais: padrões e comportamento dos espaços políticos na relação entre sociedade e Estado**. Tese de Doutorado, Faculdade de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2022.

MAGRANI, E. **Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático**. Curitiba: Juruá, 2014.

MAIA, D. S.; ZAAR, M. H. Permanências e transformações das práticas rurais nos ‘espaços urbanos’ de João Pessoa e de Natal. **Revista Espaço e Geografia** v.24, n.1, p.38-63, 2021.

MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: Hall, J. (org.). **Os Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.15-45.

MATOS, P. F.; PESSOA, V. L. S. As tramas do agronegócio nas ‘terras’ do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: MARAFON, G. J.; RAMIRES, J. C. L.; RIBEIRO, M. A.; PESSÔA, V. L. S. **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2013, p.151-171.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge Press, 2001.

MITCHELL, D. The end of public space? People’s park, definition of the public and democracy. **Annals of the association of American geographers**, n.85, p.108-132, 1995. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1995.tb01797.x>

MONTAMBEAULT, F. Learning to be “better democrats”? The role of informal practices in Brazilian participatory budgeting experiences. In: CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E.; SHARPE, K. E. (Orgs.). **New Institutions for participatory democracy in Latin America: voice and consequence**, New York: Palgrave Macmillan, 2012, p.99-122.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PARKINSON, J. R. **Democracy and Public Space**. Oxford University Press, 2012.

PAVIANI, A. **Brasília, metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora UnB, 2010.

PORTILHO, F. Ativismo alimentar e consumo político? Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (Santa cruz do sul. Online)** n.25, p.12-33, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.15088>

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food** 19, no. 3, p.289-307, 2012.

RIBEIRO, R. W. Gestão da paisagem, gestão da cidade: quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial?. **Revista cpc (Usp)** 14, p.144 – 166, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27p144-166>

_____. Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial no Rio de Janeiro: o patrimônio entre técnica, geopolítica e política. In: **Arte, cidade e patrimônio: futuro e memória nas poéticas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Poética Edições, v.1, 2021, p.169-177.

SACK, R. **Human territoriality its theory and history**. Cambridge, 1986.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no Governo Bolsonaro. **Revista da Anpege** 16, n.29, p.285-318, 2020. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12518>

SINGER, A.; ARAÚJO, C.; BELINELLI, L. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SMITH, N. Homeless/global:scaling places. In: BIRD, J. et al (Org). **Papping the futures: local cultures, global changes**. Londres: Routledge, 1993, p.87-119.

SORRE, M. **El Hombre en la Tierra**. Barcelona: Editorial Labor S/A, 1967.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade - campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.111-130.

SHIRKY, C. **Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations**. New York: Penguin Press, 2008.

SWYNGEDOUW, E. Neither Global nor Local: “Glocalisation” and the Politics of Scale. In: COX, K. (Orgs.), **Spaces of Globalization: Reasserting the Power of the Local**. New York and London, Guilford/Longman, 1997.

_____. Scaled geographies: Nature, place, and the politics of scale. In: SHEPPARD, E. MCMASTER, R. (Orgs.). **Scale and Geographic Inquiry**. Oxford: Blackwell, 2004, p.129-153.

TARROW, S. G. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge Press, 1994.

TILLY, C.; TARROW, S. **Contentious politics**. Oxford University Press, 2015.

TONKISS, F. **Space, the city and social theory**. Cambridge: Polity, 2005.

TRECHSEL, A. et al. Evaluation of the use of new Technologies in order to facilitate democracy in Europe. In: FARIA, C. F. S. **O Parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o legislativo na elaboração das leis?**, Brasília: Câmara, 2012, p. 96-100.

ZAMANT, V.; RIBEIRO, R. W. A patrimonialização: uma alavanca de cidadania em face ao desenvolvimento urbano? uma perspectiva entre a metrópole parisiense e a carioca. In: **O direito à cidade na França e no Brasil: uma nova agenda urbana?**, Salvador: PPGAU-UFBA; Lugar Comum, 2018, p.531:556.

Sobre os autores

Daniel A. de Azevedo – Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Graduado em Geografia, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou estágio em doutoramento na American University (Washington D.C./EUA) e concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de Mexico (UNAM-México). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>.

Juscelino Eudâmidas Bezerra – Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, e doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Presidente Prudente). Realizou estágio de pós-doutorado no Instituto de Estudos Sociais da Erasmus University Rotterdam (Holanda). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2187-2890>.

Vitor Boaventura Xavier – Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Mestre em Regulação pela London School of Economic and Political Science. Atualmente mestrando em Direito, Estado e Constituição na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-4789-3443>.

Como citar este artigo

AZEVEDO, Daniel A. de; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; XAVIER, Vitor Boaventura. Novas estratégias político-espaciais em um Brasil polarizado: o estudo de caso da Feira Agroecológica da Ponta Norte de Brasília (DF-Brasil). **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 154-179, set.-dez., 2022.

Declaração de Contribuição Individual

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Daniel A. de Azevedo ficou especialmente responsável pela concepção da ideia e origem da pesquisa, redação, desenvolvimento teórico-conceitual, desenho da metodologia, análise dos dados e material cartográfico. O segundo autor Juscelino Eudâmidas Bezerra, foi responsável pela concepção do estudo, aquisição de recursos financeiros, supervisão, desenho da metodologia, seleção e análise dos dados e redação do texto. O terceiro autor Vitor Boaventura Xavier ficou responsável pela organização do trabalho de campo, contato com os sujeitos da pesquisa e redação.

Recebido para publicação em 24 de janeiro de 2022.
Devolvido para a revisão em 18 de setembro de 2022.
Aceito a publicação em 26 de outubro de 2022.
